

EDITORIAL

Renda escassa

Antes do início do debate eleitoral do segundo turno na campanha presidencial, seria salutar que os dois candidatos que seguem na disputa atentassem para o estudo da Fundação Getúlio Vargas recentemente divulgado: revela que a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, em 2005, caiu para 22,77% este ano. Em 2002, elas compunham um universo de 26,72%. À primeira vista, estaria o País vencendo a incidência da pobreza, mediante melhor distribuição de renda. Eis um bom tema para as agendas de campanha.

De fato, os programas sociais têm ajudado a empurrar para baixo índices vexatórios, na medida em que expunham a nossa incapacidade quase crônica de superar desigualdades para crescer socialmente de forma menos injusta. Houve progresso, mas conviria indagar se este significa alento e justifica júbilo e o que fazer para avançar.

O País ainda tem 42,6 milhões de pessoas vivendo em condições indignas, com uma renda per capita ancorada em R\$ 121 – um terço do salário mínimo –, receita insuficiente, no entender dos especialistas em economia e demografia. Ademais, a miséria caiu 14,8% no atual governo, mas o resultado é inferior à primeira gestão do mandatário

anterior, quando a redução chegou a 23,02%, embora o patamar de queda anual nos dois governos seja similar.

O horizonte não é animador. Segundo o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, a conjunção de programas de transferência de renda com reajustes do salário mínimo não se mostra eficaz, vez que a política econômica alicerçada na expansão dos gastos fiscais e da carga tributária não estimula o crescimento econômico.

No entanto, como o índice de miséria indica ritmo de queda, embora lenta, mesmo nas metrópoles inchadas pelo êxodo rural, abre-se uma expectativa por medidas positivas de incentivo à produção econômica, capazes, porventura, de refletir um programa positivo de contenção da crise das cidades.

Por enquanto, o aumento nos rendimentos médios reais dos trabalhadores brasileiros não basta para recuperar perdas acumuladas. A concentração de renda continua perversa, mesmo tendo descido alguns degraus por obra da inflação baixa aliada ao novo salário mínimo – o que beneficia aquele contingente chamado de “metade inferior” nas projeções de distribuição de renda.